



TRÊS MOVIMENTOS SOCIAIS NA HISTÓRIA DO BRASIL

Elenita Malta Pereira

Caros alunos

Esse ebook é um pdf interativo. Para conseguir acessar todos os seus recursos, é recomendada a utilização do programa *Adobe Reader 11*.

Caso não tenha o programa instalado em seu computador, segue o link para download:

<http://get.adobe.com/br/reader/>

Para conseguir acessar os outros materiais como vídeos e sites, é necessário também a conexão com a internet.

O menu interativo leva-os aos diversos capítulos desse ebook, enquanto a barra superior ou inferior pode lhe redirecionar ao índice ou às páginas anteriores e posteriores.

Nesse pdf, o professor da disciplina, através de textos próprios ou de outros autores, tece comentários, disponibiliza links, vídeos e outros materiais que complementarão o seu estudo.

Para acessar esse material e utilizar o arquivo de maneira completa, explore seus elementos, clicando em botões como flechas, linhas, caixas de texto, círculos, palavras em destaque e descubra, através dessa interação, que o conhecimento está disponível nas mais diversas ferramentas.

Boa leitura!



Índice

Olá, prezados alunos!

Este e-book é uma ferramenta de suporte à realização das atividades da disciplina “Os movimentos sociais na história do Brasil”. No livro da disciplina, abordamos com maior profundidade a temática. Aqui, apresentamos um resumo expandido sobre os movimentos sociais trabalhados em nossa disciplina: movimentos feministas, movimentos negros e movimentos ambientalistas. Este e-book traz uma série de materiais complementares interativos, muitos deles, inclusive, podem ser utilizados no ensino de história como recursos didáticos em aulas do Ensino Médio.

Você vai encontrar, além de meus comentários, sugestões de links de blogs, websites, artigos acadêmicos e de divulgação, imagens e vídeos para assistir no Youtube.

Espero que você aproveite bastante a interatividade que essa ferramenta oferece para construir de forma dinâmica o seu aprendizado, e que, de alguma forma, os materiais sejam úteis em suas futuras aulas de história sobre a temática da cidadania no Brasil.

Bons estudos!

Um abraço,

Professora Elenita Malta Pereira



Apresentação

Cidadania das mulheres, dos negros e ambiental

INTRODUÇÃO: MOVIMENTOS SOCIAIS

Movimentos sociais é um conceito amplo e não consensual entre os pesquisadores. É um conceito que surgiu nas lutas sociais e, posteriormente, foi apropriado pelos pesquisadores que passaram a se dedicar ao seu estudo (GOSS, 2004, p. 76). No Brasil, podemos citar a socióloga Maria da Glória Gohn e a cientista social Ilse Scherer-Warren, dentre os autores que mais se dedicaram ao tema.

Para Maria da Glória Gohn, os movimentos sociais são considerados por vários pesquisadores como elementos e fontes de inovações e mudanças sociais. Eles são elementos fundamentais nas sociedades modernas, agentes construtores de uma nova ordem social. Sua atuação na história do Brasil é constante, mas apresenta fluxos ascendentes e reflexos, de acordo com as

mudanças no contexto. A autora afirma que suas ações impulsionam diversas mudanças sociais e “ [...] o repertório de lutas que eles constroem demarcam interesses, identidades, subjetividades e projetos de grupos sociais.” (GOHN, 2013, p. 305).


Ilse Scherer-Warren caracteriza movimento social como um “[...] grupo mais ou menos organizado, sob uma liderança determinada ou não; possuindo programa, objetivos ou plano comum; baseando-se numa mesma doutrina, princípios valorativos ou ideologia; visando um fim específico ou uma mudança social.” (SCHERER-WARREN, 1987a, p. 13). A mesma autora divide esse conceito em ‘movimentos sociais tradicionais’, que surgem da conscientização das classes sociais – especialmente o proletariado – em relação à

exploração sofrida nas sociedades industriais; e em 'novos movimentos sociais' (NMS), que ela caracteriza pelo rompimento com esquemas populistas do passado, pela autonomia frente ao Estado e partidos, pela diversidade de atores e entidades fundadas, pela desterritorialização, bem como pela ambiguidade de suas práticas. (SCHERER-WARREN, 1987b, p. 42-43).

A atuação dos movimentos sociais é fundamental na sociedade brasileira, pois obriga o Estado a cumprir seu papel de garantir que toda a população do país – não apenas a elite – tenha acesso a direitos políticos e sociais. A maioria dos direitos que os brasileiros detêm hoje foram resultado de ferrenhas lutas desses movimentos ao longo da história. Por isso o enfoque mais interessante para sua abordagem é considerá-los instrumentos que contribuem na formação da cidadania, especialmente

pensando no ensino de história.

Como o Brasil apresenta uma história riquíssima de movimentos sociais atuantes em diversas áreas, seria impossível tratar de todos no espaço deste e-book (e de nossa disciplina como um todo) sem sermos superficiais. Por isso, optamos por concentrar nossa atenção em três deles: o movimento feminista, o movimento negro e o movimento ambientalista. A escolha está embasada na relevância desses movimentos na história do país e na duração de suas manifestações, que tiveram início no século XIX e atravessaram os séculos até os dias atuais. Esses movimentos também apresentam articulações entre si, o que torna nossa análise ainda mais interessante.



Além dos três movimentos aqui abordados, podemos citar a existência, na história do Brasil, de inúmeros movimentos sociais desde o início do século XIX, que lutaram pela independência do país; diversas revoltas no período imperial (1822-1889); movimentos operários e suas greves, a partir do início do século XX; movimentos por melhorias urbanas (por exemplo, a Revolta da Vacina, no Rio de Janeiro, 1905); movimentos messiânicos, como Canudos (1896-1897) e Contestado (1912-1916). Já na segunda metade do século XX, surgiram movimentos de camponeses (Ligas camponesas e Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MASTER), movimentos estudantis, como a União Nacional dos Estudantes (UNE), movimentos populares contra o alto custo de vida etc. No período mais atual, houve movimentos de cunho político, como o "Diretas-Já", que lutou pelo voto direto à presidência da república na primeira eleição pós-ditadura, em 1984, e o movimento "Fora Collor", pelo impeachment de Fernando Collor, em 1992, entre muitos outros. Recentemente, em junho 2013, inúmeros jovens saíram às ruas para protestar, inicialmente, contra o aumento das tarifas de ônibus, porém as manifestações ganharam proporção gigantesca, reivindicando demandas tanto locais como mais amplas, no plano regional ou nacional.

MOVIMENTOS FEMINISTAS



O feminismo é tanto uma teoria que analisa as relações entre os sexos na sociedade, como um movimento social, com implicações culturais e políticas, que objetiva a superação das desigualdades. O feminismo não é a luta contra os homens, mas contra o sistema de dominação construído pelas sociedades ao longo da história. Também é importante frisar, essa luta assumiu formas variadas em diferentes lugares e contextos, por isso é mais interessante falar em 'feminismos', ou 'movimentos feministas' – no plural.

Desde a Revolução Francesa (1789), as mulheres almejavam o estatuto de igualdade em relação aos homens e o direito de serem livres, assim como eles. Na Europa e nos Estados Unidos, no processo de consolidação do capitalismo, durante o século XIX, as lutas feministas proliferaram. No século XX, reivindicariam o voto feminino, a liberação

sexual, a liberação do útero, o fim da opressão masculina e a igualdade de oportunidades em todos os planos.

Seguimos aqui a periodização sugerida pela pesquisadora Constância Lima Duarte (2003), em quatro 'momentos onda', nos quais as reivindicações feministas adquirem maior visibilidade: as décadas de 1830, 1870, 1920 e 1970. Cabe alertar que a periodização é um recurso didático e não uma 'camisa de força', pois muitas lutas ultrapassam mais de um desses momentos.

As primeiras lutas, na década de 1830, tiveram como principal reivindicação direitos básicos, como a igualdade no acesso à educação. Teve início a construção de uma identidade feminina. Direitos referentes à participação política, como o sufrágio universal, ainda estavam distantes - no Brasil, conquistado somente em 1932, no governo de Getúlio Vargas.

Uma das principais líderes dessa época foi Nísia Floresta, considerada a primeira feminista brasileira. Em 1832, ela foi responsável pela divulgação, no Brasil, do livro *Vindications of the rights of woman* da inglesa Mary Wollstonecraft. Porém, a versão escrita por Nísia não era uma simples tradução do texto, mas uma adaptação dele à realidade nacional, o que podemos já perceber no título: *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*.

Segundo Constância Duarte (1995, p. 175-76), Nísia ainda não lutava pela “[...] promoção da mulher enquanto cidadã nem a conquista de direitos sociais, de modo a alterar, aí, a posição da mulher na sociedade. A preocupação em 1832 parece ter sido mais a de contribuir para desfazer os preconceitos e o mito de incapacidade intelectual feminina existentes na época”.

No segundo momento, nos anos 1870, surgiu uma efervescente imprensa feminista – jornais e revistas editados em diferentes estados brasileiros. Os assuntos femininos ocupavam espaço nos jornais desde a década de 1820. O primeiro jornal que divulgou textos, tanto de cunho político quanto literário, escritos por mulheres foi, possivelmente, O Espelho Diamantino, lançado em 1827, na cidade do Rio de Janeiro. Podemos citar também o Correio das Modas (1839-1841) e o Jornal das Senhoras (1852-1855). Entretanto, em 1873 apareceu, de fato, o primeiro jornal feminista: O Sexo Feminino, dirigido por Francisca Senhorinha da Mota Diniz, em Minas Gerais.

Segundo Duarte (2003, p. 158), “[...] são dessa época as primeiras notícias de brasileiras fazendo cursos universitários, no exterior e no país. E a cada nova médica ou nova advogada, a imprensa feminista expressava seu regozijo pela importante vitória.” Por outro lado, essas pioneiras eram ridicularizadas, muitas vezes, pelos homens que ocupavam a maioria das posições na literatura, no teatro e na imprensa, com o argumento de que seria impossível conciliar o casamento com uma profissão. A sociedade, em geral, esperava que as moças das classes altas e médias dedicassem sua vida ao lar e à família em tempo integral. O trabalho feminino era admitido apenas nas classes populares, necessário como mão de obra nas fábricas e na prestação de serviços domésticos para as classes mais altas.

No terceiro momento, nas décadas de 1920-30, as lutas concentraram-se na obtenção do voto feminino, no direito de frequentar os cursos superiores e na ampliação do campo de trabalho. As mulheres não almejavam mais ser somente professoras, queriam ocupar postos

também no comércio, nos hospitais, nas repartições, etc.

Um passo significativo na luta pelo voto feminino deu-se, em 1910, com a fundação do Partido Republicano Feminino, “[...] tendo à frente Leolinda Daltro, que desenvolveria campanhas de pressão mais próximas ao estilo violento das sufragistas inglesas, chegando mesmo a organizar uma passeata de mulheres, em 1917, no Rio de Janeiro.” (COSTA, SADENBERG, 2008, p. 36). Outro passo importante em prol do voto feminino foi a fundação da Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, em 1919, transformada em Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF) em 1922. Liderada por Bertha Lutz, a FBPF seria modelo para a criação de várias associações semelhantes de mulheres, em todo o Brasil. Torna-se assim, a principal responsável pela luta sufragista no país, uma luta que se travou quase que somente no âmbito parlamentar.

Somente em 1932 a vitória em âmbito nacional foi alcançada, por meio da promulgação de um novo Código Eleitoral (BRASIL. Decreto 21.076, 24/02/1932), que instituiu a Justiça Eleitoral, o voto secreto e o voto feminino. Em seu artigo 2º, consta: "É eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, alistado na forma deste Código." Atendida a primeira grande reivindicação feminina, terminava essa fase de luta. Logo, as mulheres voltariam à carga, em busca de novos direitos.

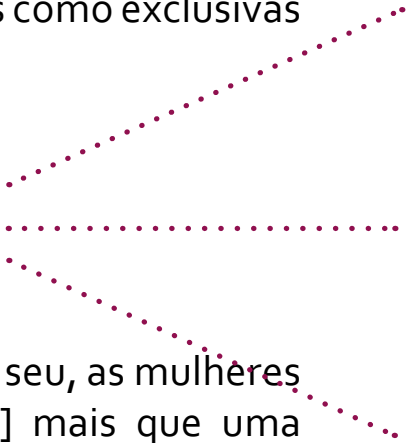
No quarto momento de lutas, nos anos 1960-70, a mulher já conseguiu concretizar parte das reivindicações anteriores. Mas ainda pesava uma série de desigualdades entre os sexos. A mulher ainda era percebida como um ser inferior em diferentes áreas, especialmente no campo do trabalho.

Segundo a historiadora Natália Pietra Méndez (2008), nos anos 1960, já havia reflexão e atividade intelectual feminista no Brasil. Méndez, que analisou a obra de três escritoras feministas, Heleieth Saffioti, Carmen da Silva e Rose Marie Muraro, afirma que essa produção estimulou mobilizações de mulheres e a posterior formação de grupos feministas, nos anos 1970, quando surgiram os novos movimentos sociais feministas, diferentes das experiências anteriores, como a conquista do voto, abordada acima.

Uma das organizações femininas atuantes nos anos 1970 foi o Conselho Nacional da Mulher, liderado pela advogada Romy Medeiros desde 1949. Em 1972, promoveu um importante congresso. Durante os anos 1950, Medeiros lutou junto ao Congresso Nacional pela emancipação das mulheres casadas – elas eram consideradas “incapazes” e precisavam da permissão do marido para trabalhar ou viajar para o exterior – obtendo sucesso, pois o Estatuto da Mulher Casada foi aprovado em 1962. (PINTO, 2003, p. 46).

No contexto de ditadura militar no Brasil (1964-85), as lutas feministas tiveram um refluxo, mas os grupos não pararam de se reunir (agora numa esfera mais privada). Na mesma época, no plano internacional, o movimento feminista, influenciado pela leitura dos livros *O segundo sexo* (1949), de Simone de Beauvoir, e *A mística feminina* (1963), escrito por Betty Friedan, invadiu as ruas com os lemas “Nosso Corpo nos Pertence” e “O Privado é Político”. Esses ‘novos’ movimentos feministas almejavam romper com o significado estabelecido até então para as esferas pública e privada, porque interessava

trazer, para a esfera do político e do público, questões até então entendidas como exclusivas do âmbito privado.



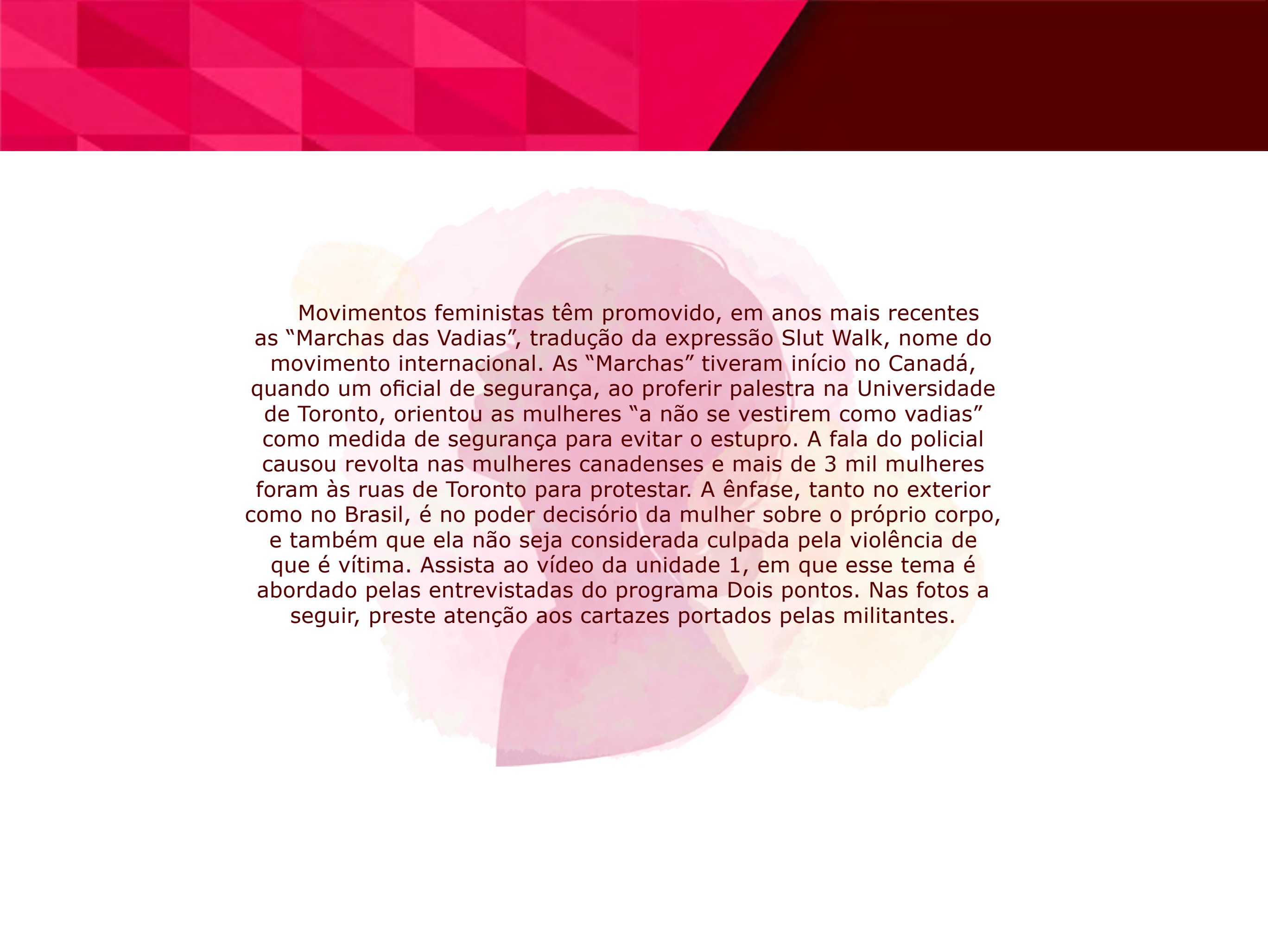
Ao reclamar o corpo como seu, as mulheres colocavam em destaque “[...] mais que uma luta pelo direito individual de dispor de seu próprio corpo; estava em jogo a manifestação das práticas de liberdade afrontando o controle social dos corpos mantidos sob o padrão de sexualidade vigente, celebrado no matrimônio ou na união consentida.” (SCAVONE, 2010, p. 49). Entre as reivindicações do movimento feminista, nos países do Norte, estavam a luta contra a submissão da mulher em todos os planos, em especial na esfera da sexualidade: a liberdade de escolha do uso da contracepção, assim como seu direito para todas as mulheres; o direito à sexualidade livre de uma gravidez indesejada (a (re) apropriação do ventre materno); a luta pela liberalização do aborto.

Com a repercussão dessas lutas mundiais, 1975 foi instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o Ano Internacional da Mulher e primeiro ano da Década da Mulher (1975-1985). Para comemorar a data, foi realizada a "Conferência Mundial do Ano Internacional da Mulher", na cidade do México, que contou com a presença de Bertha Lutz na delegação brasileira. No Rio de Janeiro, o seminário "O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira" ocorreu em julho de 1975, reunindo mulheres interessadas em discutir a condição feminina na sociedade brasileira, à luz das propostas do novo movimento feminista que então se desenvolvia na Europa e nos Estados Unidos. Uma das consequências importantes dos debates desse seminário foi a criação do Centro da Mulher Brasileira (CMB), que se constituiu na primeira organização feminista da segunda metade do século XX no país.

Com a abertura política em curso, no final da ditadura militar, o movimento feminista nos anos 1980 concentrou-se na redemocratização e na conquista da cidadania plena feminina, em

igualdade ao homem. A partir dos eventos de 1975, por todo o país eclodiram grupos autônomos de mulheres, das mais diferentes expressões políticas, mas próximos das organizações de esquerda. No plano governamental, foi importante a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), durante o governo do presidente José Sarney, em agosto de 1985. A mais decisiva atuação do CNDM deu-se durante os trabalhos da Constituinte de 1988, quando serviu como canal de representação dos interesses do movimento de mulheres.

Segundo as pesquisadoras Hildete Pereira de Melo e Schuma Schumacher, desde 1975, organizaram-se mais de 1.000 grupos feministas no Brasil, atuando em diferentes setores, como partidos políticos, órgãos do estado, sindicatos, grupos autônomos, organizações não governamentais - ONGs, associações de moradores, instâncias de controle social, universidades etc. Muitos deles, organizados na forma de redes. É considerado por muitos autores como o movimento social mais importante do século XX.



Movimentos feministas têm promovido, em anos mais recentes as “Marchas das Vadias”, tradução da expressão Slut Walk, nome do movimento internacional. As “Marchas” tiveram início no Canadá, quando um oficial de segurança, ao proferir palestra na Universidade de Toronto, orientou as mulheres “a não se vestirem como vadias” como medida de segurança para evitar o estupro. A fala do policial causou revolta nas mulheres canadenses e mais de 3 mil mulheres foram às ruas de Toronto para protestar. A ênfase, tanto no exterior como no Brasil, é no poder decisório da mulher sobre o próprio corpo, e também que ela não seja considerada culpada pela violência de que é vítima. Assista ao vídeo da unidade 1, em que esse tema é abordado pelas entrevistadas do programa Dois pontos. Nas fotos a seguir, preste atenção aos cartazes portados pelas militantes.

Imagens da Marcha das Vadias em Brasília, em 2011. Fotos de Cíntia Barenho

<http://www.everystockphoto.com/photo.php?imageId=13364288>

<http://www.everystockphoto.com/photo.php?imageId=13364251>

<http://www.everystockphoto.com/photo.php?imageId=13364301>

MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA NEGRA



Embora a história dos negros no Brasil seja marcada por mais de 300 anos de escravidão, eles nunca se resignaram com essa terrível injustiça. Sua história também é marcada por embates e resistências: os negros e negras não se sujeitaram facilmente. Primeiro houve a busca do fim da escravidão. Conquistado o direito primordial à liberdade, muitos deles e delas se engajaram na promoção da identidade negra, da igualdade étnica e social, da superação do racismo e da discriminação.

Durante o período em que foram escravizados – do século XVI até 1888, quando ocorreu a Abolição – a quilombagem foi a principal forma de resistência. Os quilombos já existiam na África, onde quilombo tornou-se “[...] uma instituição política e militar transétnica, centralizada, formada por sujeitos masculinos submetidos a um ritual de iniciação”. Já no Brasil, foi “[...] uma cópia do quilombo africano reconstruído pelos escravizados para se opor a uma estrutura escravocrata, pela implantação de uma outra estrutura política na qual se encontraram todos os oprimidos.” (MUNANGA, 1995, p. 63).

O famoso Quilombo dos Palmares foi o agrupamento de quilombos de maior duração no Brasil, resistindo por mais de cem anos às investidas de indígenas, holandeses e portugueses. Localizava-se na antiga Capitania

de Pernambuco, região que hoje pertence ao município de União dos Palmares, no estado de Alagoas.

Palmares situava-se numa região de difícil acesso, circundada por sertões e densas florestas, e esse foi um dos motivos de sua permanência, por mais de um século. Os portugueses organizavam expedições para derrotar os quilombos, mas a maior parte delas fracassava. Para o historiador Flávio Gomes (2014, p. 73), Palmares foi “[...] um mundo de faces africanas reinventado no Brasil pelos *palmaristas* – africanos de grupos de procedências étnicas diversas, além daqueles nascidos lá [grifo no original].”

Um de seus principais líderes foi Zumbi, que nunca aceitou fazer acordo com as

autoridades portuguesas, pois não acreditava que fossem cumpridos. Em 1971, em Porto Alegre, militantes negros do recém-fundado grupo ‘Palmares’ descobriram a data de morte de Zumbi - 20 de novembro - e propuseram que fosse comemorada como o ‘Dia da Consciência Negra’, em substituição ao 13 de maio (Abolição da escravidão). Houve mitificação de Zumbi como herói dos movimentos negros pós-1970 e de Palmares como símbolo de resistência dos negros à opressão.

Quadro “Zumbi”, pintado por Antonio Parreras, em 1927:

https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Ant%C3%B4nio_Parreiras_-_Zumbi.jpg?uselang=pt-br

Abolicionista Joaquim Nabuco

No entanto, como alguns historiadores investigaram, o próprio quilombo dos Palmares participou do tráfico e do uso de escravos. José Murilo de Carvalho é um dos historiadores que destacam esse aspecto menos louvável de Palmares: “Os quilombos que sobreviviam mais tempo acabavam mantendo relações com a sociedade que os cercava, e esta sociedade era escravista. No próprio quilombo dos Palmares havia escravos.” (CARVALHO, 2002, p. 48).

A campanha mais ampla pela abolição da escravatura só iniciou no final dos anos 1870. Segundo Joaquim Nabuco, um dos mais importantes abolicionistas, “[...] foi na legislatura de 1879/80 que, pela primeira vez, se viu dentro e fora do Parlamento um grupo de homens fazer da emancipação dos escravos, não da limitação do cativeiro às gerações atuais, a sua bandeira política.” (NABUCO, Brasiliana, online). Além de Joaquim Nabuco, foram importantes abolicionistas Luís Gama, André Rebouças e José do Patrocínio. Luís Gama, um ex-escravo que se formou advogado, usava seus conhecimentos para ajudar cativos a conseguir

a liberdade nos tribunais. Já André Rebouças, engenheiro, agia nos bastidores: escrevia artigos na Gazeta da Tarde, defendia uma democracia rural de pequenas propriedades, e articulou junto com Nabuco a Sociedade Brasileira Contra a Escravidão (SBCE), criada em 1880. Outro personagem importante nessa campanha foi José do Patrocínio, que usou a imprensa como arma na luta pela abolição. Era farmacêutico, mas tornou-se jornalista e, a partir dos anos 1870, escreveu inúmeros artigos que ajudaram a popularizar o movimento abolicionista.

Além da presença em jornais, os abolicionistas realizavam conferências para convencer as elites de sua proposta. Não foi fácil. Nos anos 1870 e início dos 1880, a ideia da abolição era bem vista nos centros urbanos, mas ainda rejeitada na maior parte do país. Segundo Angela Alonso, somente na metade da década de 1880 o abolicionismo ganhou dimensão de movimento social nacional. (ALONSO, 2012, p. 292). Finalmente, em maio de 1888, o projeto de Lei que extinguiu a escravidão foi aprovado

Abolicionista André Rebouças

https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Rodolfo_Bernardelli_-_Andr%C3%A9_Pinto_Rebou%C3%A7as.png?uselang=pt-br

Abolicionista José do Patrocínio

https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Alberto_Henschel_-_Retrato_de_Jos%C3%A9_do_Patroc%C3%ADnio.jpg?uselang=pt-br

https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Joaquim_Nabuco_1902.jpg?uselang=pt-br

Abolicionista Luís Gama

https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Luiz_Gama_c_1880.png?uselang=pt-br

na Câmara Federal e no Senado, com o auxílio de Joaquim Nabuco. A chamada 'Lei Áurea' foi assinada pela Princesa Regente Isabel e pelo ministro da agricultura Rodrigo Augusto da Silva, em 13 de maio de 1888.

Documento da Lei Áurea

https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Lei_%C3%81urea.jpg?uselang=pt-br

Apesar de representar uma conquista importantíssima, a abolição não trouxe melhora imediata na vida das populações negras. A Lei Áurea libertou os negros e mulatos da escravidão, mas não lhes garantiu alguns direitos fundamentais, como acesso à terra e à moradia, ou seja, não possibilitou

que exercessem uma cidadania de fato. Muito pelo contrário, os negros foram abandonados à própria sorte e sofreram com os estigmas do preconceito, da discriminação racial e da exclusão social, problemas que existem até hoje, infelizmente.

No pós-abolição, as lutas dos negros mudam de enfoque. Com a liberdade conquistada, eles passaram a reivindicar igualdade de direitos e a combater o preconceito de que passaram a ser vítimas, por meio da criação de clubes e associações, em diferentes pontos do país. Entre o final do século XIX e o início do século XX, surgiram diversos clubes, agremiações que reuniam a população negra, de cunho eminentemente assistencialista, recreativo e/ou cultural. Algumas dessas associações agregavam classes de trabalhadores negros, como portuários, ferroviários e ensacadores, constituindo, de certa forma, entidades sindicais. (DOMINGUES, 2007, p. 103-04).

No Rio Grande do Sul, surgiu a primeira entidade brasileira desse gênero, a Sociedade

Beneficente Floresta Aurora (SBFA), fundada na cidade de Porto Alegre no dia 31 de dezembro de 1872, sob a liderança do negro forro Polydorio Antonio de Oliveira. O principal objetivo da organização era zelar pela comunidade afro-gaúcha materialmente e socialmente, ajudando na realização de enterros dignos para os negros.

Também foi importante no contexto da emancipação a criação de uma imprensa negra: “[...] jornais publicados por negros e elaborados para tratar de suas questões.” (DOMINGUES, 2007, p. 104). A forma de retratar as pessoas negras, por essa imprensa, diferia do modo estereotipado e depreciativo encontrado em outros veículos de comunicação. Ela foi importante no contexto pós-abolição por

se constituir como uma alternativa para a população negra brasileira fugir da reprodução da ideologia racista. (CRUZ, 2010, p. 63).

Esses jornais “[...] remetiam a contextos onde estavam reunidos autores e leitores negros unidos pelo interesse da circulação de informações de interesse do grupo sociorracial.” (PINTO, 2005, p. 73). Eles abordavam os mais variados assuntos, porém seu foco era as dificuldades vivenciadas pela população negra nas áreas do trabalho, da habitação, da educação, da saúde, além de se configurarem como tribunas privilegiadas sobre o problema do racismo sofrido por seu público leitor. Na ausência de um movimento negro organizado, de luta política, os jornais supriam, de certa forma, a necessidade de crítica à discriminação racial e de conscientização sobre a contribuição dos negros na formação do Brasil. (SANTOS, 2006).

Já nos anos 1930, ocorreu a fundação, em São Paulo, da Frente Negra Brasileira (FNB) - em de setembro de 1931 - considerada a mais importante entidade negra do país, na primeira

metade do século XX. Teve delegações em diferentes estados: Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Bahia.

A entidade organizava cursos, mantinha grupos musicais, times de futebol, serviços médicos e odontológicos, educação, além de publicar o jornal A Voz da Raça. Um dado importante é que as mulheres negras participavam ativamente da FNB, realizando trabalhos assistencialistas e na organização de bailes e eventos artísticos.

Em 1936, a FNB tornou-se partido, defendendo um programa político e ideológico autoritário e ultranacionalista (DOMINGUES, 2007, p. 107), mas foi extinto em 1937 - como todos os movimentos de manifestação política da época - com o advento do Estado Novo.

No entanto, mesmo no contexto ditatorial, algumas entidades floresceram. Ainda no Estado Novo, foi fundada por João Cabral Alves, em Porto Alegre, em janeiro de 1943, a União dos Homens de Cor (UHC). Também o Teatro Experimental do Negro (TEN), fundado por Abdias do Nascimento, em 1944, no Rio de Janeiro, foi outro importante agrupamento que começou a atuar no final do Estado Novo.

Já no período democrático (1945-64), ocorreu uma renovação dos movimentos negros. Com o retorno da democracia, surgiram grupos de discussão e atuação contra o racismo e a discriminação racial em todo o país. Além disso, tomou impulso uma nova fase da imprensa negra. Entre as principais entidades fundadas nesse período, podemos citar a Associação Cultural do Negro (ACN), em 1954. Houve também a realização do I Congresso Nacional do Negro, em Porto Alegre, em 1958, organizado pela Sociedade Beneficente Floresta Aurora (SBFA), com o apoio dos governos Municipal, Estadual, Federal e empresas privadas. Suas atividades contaram com o respaldo do Partido

Malcom X

Trabalhista Brasileiro (PTB) e de seu líder Leonel Brizola, na época prefeito de Porto Alegre.

Os movimentos negros, assim como os demais movimentos sociais, também sofreram com o golpe militar de 1964. O movimento negro organizado entrou em refluxo. Para os militares, os militantes 'inventavam' o racismo, um problema que supostamente não existia no Brasil.

Ao contrário, no plano internacional, esse foi um momento profícuo de importantes contestações sociais. No caso do movimento negro, nos EUA, na década de 60, estava em curso a valorização da beleza dos negros, expressa no uso do cabelo black power, sapato com salto e calças 'boca de sino', rastafáris, etc. No plano musical, fazia sucesso o ritmo do reggae, com as canções de Bob Marley. Também foi a época de emergência de importantes ativistas dos direitos sociais dos negros, como Martin Luther King, Angela Daves e Malcom X, nos Estados Unidos, e Nelson Mandela, contra o Apartheid, na África do Sul.

https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Malcolm_X_NYWTS_2a.jpg?uselang=pt-br

Martin Luther King no famoso discurso no Civil Rights Marc, em 1963

https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Martin_Luther_King,_Jr._speaking_at_the_Civil_Rights_Marc.jpg?uselang=pt-br

Angela Davis, em Moscou, 1972

https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Angela_Davis_Moscow_1972_cropped_2.jpg?uselang=pt-br

Nelson Mandela, em 2008

South Africa The Good News.
[https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Nelson_Mandela-2008_\(edit\).jpg?uselang=pt-br](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Nelson_Mandela-2008_(edit).jpg?uselang=pt-br)

Martin Luther King e Malcom X juntos

https://commons.wikimedia.org/wiki/File:MLK_and_Malcolm_X_USNWR_cropped.jpg?uselang=pt-br

Mas o silenciamento brasileiro não foi total. Em Porto Alegre, surgiu o *Grupo Palmares* (1971), o primeiro no país a defender a comemoração do dia 20 de novembro, em vez do 13 de maio. Nos anos 1970, emergiram, no Rio de Janeiro, no interior da juventude negra, o movimento Soul, depois batizado de Black Rio; o *Grupo Abolição*, com o objetivo de ensinar a dança, a história e cultura negra; o *Instituto de Pesquisa das Culturas Negras* (IPCN); e o *Teatro Profissional do Negro* (TEPRON). No entanto, essas iniciativas não tinham sentido político de enfrentamento com o regime.

No final da ditadura, com o abrandamento da repressão, o movimento negro, enquanto proposta política, ressurgiu com a criação do *Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial* (MUCDR). Logo após a fundação, em 1978, seu nome foi simplificado para *Movimento Negro Unificado* (MNU). Para Domingues (2007, p. 112), fatores externos e internos explicam a criação desse Movimento, no bojo do retorno de uma ampla gama de movimentos sociais, no fim do período ditatorial. Entre os fatores externos, podemos citar o movimento negro norte-americano, organizações negras marxistas, como os *Panteras Negras*, e o movimento de libertação das nações africanas. Já no plano nacional, é importante ressaltar a influência da organização marxista, de orientação trotskista, *Convergência Socialista*. Integrantes dessa organização acreditavam que a luta antirracismo deveria expressar também a luta revolucionária contra o capitalismo. Para defender essas ideias, a *Convergência Socialista* destinou a coluna 'Afro-Latino América', em seu jornal *Versus*, que circulou entre 1977-79.

Também foi importante o surgimento de órgãos públicos para atender às reivindicações dos ativistas negros, como o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra (CPDCN), criado em 1984, quando Franco Montoro (PMDB) governou São Paulo. Na sequência, houve a criação de conselhos semelhantes em âmbito municipal, como, por exemplo, o Conselho Municipal Negro de Marília-SP, em 1988.

A partir dos anos 1990, as chamadas políticas afirmativas tornam-se o centro das lutas antirracismo no Brasil. Segundo Amauri Pereira (2012), entre os anos 1980 e 90 ocorreu o esgotamento do modelo de militância negra adotado até ali, que, de forma abnegada, universalista e argumentativa, tentava convencer que o racismo era um mal para toda a sociedade e por isso devia ser enfrentado. Esse tipo de 'pregação' surtiu pouco efeito prático. Por outro lado, avançaram as pesquisas acadêmicas sobre relações raciais, em substituição aos antigos 'estudos afro-brasileiros'. Além disso, o contexto de fim da guerra fria, no plano internacional, colocou novos desafios e oportunidades aos movimentos negros. Em vez dos debates teóricos sobre a questão racial, inicia-se uma espécie de 'virada pragmática', na qual uma série de ações de valorização do negro tornam-se política de Estado, visando mudanças reais na vida desses cidadãos.

Uma das importantes conquistas do movimento negro, já no século XXI, foi a Lei que instituiu a obrigatoriedade do ensino da

história da África e cultura afro-brasileira nas escolas. (BRASIL, Lei 10.639/2003). Ela é fruto de reivindicações do movimento negro. As associações negras perceberam que as desigualdades e discriminações raciais também eram fruto de uma educação que privilegiava a história da Europa e dos Estados Unidos e que desqualificava o continente africano. Desde o I Congresso do Negro Brasileiro, em 1950 no Rio de Janeiro, os movimentos passaram a reivindicar que era fundamental garantir “[...] o estudo da história do continente africano e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional brasileira.” (SANTOS, 2005, p. 22). Após décadas de pressões, em diferentes governos, finalmente a Lei foi sancionada em 2003 pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva.

MOVIMENTOS AMBIENTALISTAS



No Brasil, já nos séculos XVIII e XIX havia crítica à devastação ambiental. Eram alvo de censura, especialmente, o desmatamento da floresta tropical (Mata Atlântica) para servir de combustível aos engenhos de açúcar ou para dar lugar às lavouras de café, as queimadas e a caça às baleias. Em sua pesquisa de doutorado, o historiador José Augusto Pádua analisou o discurso de intelectuais brasileiros que, naquele tempo, elaboraram uma reflexão profunda sobre o problema da destruição do ambiente natural. No entanto, não era uma crítica à modernidade e aos males do desenvolvimento como se formula atualmente, mas uma denúncia da “[...] realidade brasileira como uma espécie de farsa do avanço civilizatório, uma ordem calcada em instituições e técnicas herdadas do atraso colonial.” (PÁDUA, 2002, p. 27). A crítica formulada pelos autores pesquisados

por Pádua percebia a destruição da natureza em seu caráter utilitário, ou seja, afirmava que a devastação trazia problemas econômicos ao país no futuro – não havia percepção do valor intrínseco dos elementos naturais.

Na virada dos séculos XIX-XX, um grupo de autores deu valiosas contribuições à formação de um pensamento sobre a proteção à natureza no Brasil. Foram eles: o alemão Herman von Ihering (1850-1930), o sueco Alberto Loefgren (1854-1918), e os brasileiros Edmundo Navarro de Andrade (1881-1941) e Alberto Torres (1865-1917).

Entre eles, o agrônomo Edmundo Navarro de Andrade se notabilizou pelo reflorestamento com eucaliptos, espécie por ele introduzida no Brasil. Sob sua coordenação, um dos primeiros projetos de plantio de eucalipto em grande

Retrato de Alberto Torres,
por Modesto Brocos,
1900.

https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Alberto_torres.jpg?uselang=pt-br

escala no país teve início em 1904, financiado pela Companhia Ferroviária Paulista. Navarro estudou profundamente o assunto, inclusive viajou para a Austrália, a fim de “[...] conhecer tudo o que fosse possível sobre o gênero e os métodos ótimos de cultivá-lo.” (DEAN, 1997, p. 251).

Muito do pensamento sobre proteção à natureza no início do século XX foi influenciado pelo intelectual Alberto Torres. Segundo Silvia Oliveira Campos de Pinho (2007, p. 197), “[...] uma grande parte das pessoas envolvidas com a conservação ambiental nessa época reivindicará a importância da obra de Torres, valorizando-a não apenas por sua abordagem da questão ambiental, mas também pela relação que estabelece entre esta e a ‘questão nacional’.” Também o historiador José Luiz de Andrade Franco afirma que Torres surgiu como uma espécie de mentor político-intelectual para a geração de protetores da natureza atuante nas décadas de 1920-40, “[...] na medida em que relacionava propostas políticas de reforma do Estado e da sociedade com a defesa da

necessidade de se conservar os recursos naturais.” (FRANCO, 2002, p. 11). As ideias de Alberto Torres se tornaram um programa de ação para esses autores, “[...] sobretudo porque o seu pensamento permitia equacionar as preocupações com o mundo natural com o projeto de nação em voga na época.” (FRANCO, 2002, p. 29).

No final do século XIX, a primeira Constituição do Brasil República, de 1891, concedia aos estados a prerrogativa de legislar sobre o meio ambiente. Isso levou a uma série de questionamentos, nos anos 1920-30, por parte de intelectuais do centro do país. Cientistas como Mello Leitão, Berta Lutz, José Vidal, Alberto José Sampaio, Roquette Pinto, Armando Magalhães Corrêa e até mesmo o escritor Monteiro Lobato entendiam que o assunto deveria ser de incumbência da União. (SILVA, 2005, p. 191). As discussões provocadas por esses indivíduos e seu lobby junto ao governo Vargas levaram à publicação, na década de 1930, de uma série de legislações, códigos e mudanças na tutela do meio ambiente na

Carta de 1934 (que inicia a proteção à natureza, ao subordinar a conservação da flora, da mata virgem e dos minérios à União, e não mais aos Estados) e na Carta de 1937, que representa um avanço, no sentido de considerar a natureza patrimônio nacional.

Além da legislação, na primeira metade do século XX, surgiram também as primeiras associações de proteção à natureza. Entidades como o *Centro Excursionista do Rio de Janeiro*, fundado em 1919; a *Sociedade dos Amigos das Árvores*, fundada em 1931 pelo botânico Alberto Sampaio e a *Sociedade Amigos de Alberto Torres* (SAAT), criada em 1932, foram importantes centros de incentivo à proteção do ambiente natural. (SILVA, 2005, p. 191-92).

Já na segunda metade do século XX, foram criadas entidades com extensa atuação: no Rio Grande do Sul, a *União Protetora da Natureza* (UPN), fundada por Henrique Roessler em 1955, em São Paulo, a *Associação de Defesa da Flora e da Fauna* (ADEFLORA), em 1956 e, no Rio de Janeiro, a *Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza* (FBCN), em 1958.

Durante a ditadura militar, surgiu a *Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural* (AGAPAN), em 27 de abril de 1971, em Porto Alegre-RS, liderada pelo engenheiro agrônomo José Lutzenberger e o advogado Augusto Carneiro, entre outros fundadores. A entidade propunha-se a lutar pela defesa da 'natureza ameaçada', nas formas de fauna, vegetação, solo, atmosfera, águas; pela constituição de parques e reservas naturais; pela salvação da humanidade da destruição; e pela promoção da ecologia como ciência da sobrevivência.

Entre as primeiras lutas da AGAPAN, destacaram-se o combate ao corte de árvores

nas zonas urbanas, a luta contra a poluição e contra o uso de agrotóxicos. Essa última luta foi muito influenciada pelo livro *Primavera Silenciosa*, publicado pela bióloga norte-americana Rachel Carson em 1962, traduzido no Brasil já em 1964. Contra a poluição, foi importante a campanha contra a Celulose Borregaard (1973-74) e engajou-se na Operação Hermenegildo (1978). A Borregaard foi uma indústria de processamento de celulose norueguesa que se instalou no município de Guaíba, às margens do lago de mesmo nome, e começou a funcionar em 16 de março de 1972. Foi um dos grandes projetos do período no Estado, incentivado pela ditadura militar, que não teve precauções ambientais. De sua chaminé, exalava um mau cheiro que alcançava Porto Alegre e região metropolitana. Por conta desse desconforto que atingia milhares de pessoas, foi articulada uma grande campanha contra a Borregaard, que reuniu técnicos do governo, ativistas ambientais, entidades profissionais, imprensa e políticos. (PEREIRA, 2014).

Durante os anos 1970, foram criadas outras importantes entidades ambientalistas no Sul do Brasil. Podemos citar, no Rio Grande do Sul: em São Leopoldo um 'Núcleo Leopoldense', a AGAPAN-NL, em julho de 1971 (1986, a AGAPN-NL mudou seu nome para *União Protetora do Ambiente Natural* (UPAN), para homenagear a UPN de Henrique Roessler); o *Movimento Roessler* foi fundado na cidade de Novo Hamburgo, em 1978, influenciado pela repercussão da Operação Hermenegildo. Essa campanha foi tão importante, que pessoas interessadas pela temática da ecologia resolveram fundar essa entidade. No Paraná, a primeira organização ambientalista foi a *Associação de Defesa e Educação Ambiental* (ADEA), criada em dezembro de 1974, em Curitiba, liderada pelo geólogo e professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR), João José Bigarella. Também no Paraná foi criada, em 1978, na cidade de Londrina, a *Associação Paranaense de Proteção e Melhoria do Meio Ambiente* (APPEMMA), sob a coordenação do engenheiro agrônomo Marcos Antônio Silveira

Castanheira. Em Santa Catarina, a mais antiga entidade do estado é a *Associação Catarinense de Preservação da Natureza* (ACAPRENA), fundada no ano de 1973, em Blumenau, por iniciativa de um grupo de estudantes do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Regional de Blumenau (FURB).

A visibilidade que a questão ambiental ganhou com a realização da Conferência das Nações Unidas, em Estocolmo (1972), surtiu um importante resultado no Brasil: a criação de uma Secretaria Nacional do Meio Ambiente - a SEMA - em 1973, para discutir a temática, instigar a conscientização das pessoas e combater a poluição. Paulo Nogueira Neto foi o primeiro Secretário nacional do meio ambiente, com status de ministro. Ele também foi o único brasileiro a compor a Comissão Brundtland, das Nações Unidas (1983-86), grupo responsável por cunhar a expressão desenvolvimento sustentável no relatório *Nosso futuro comum*, publicado no formato de livro em 1987.

Paulo Nogueira Neto

Elza Fiúza/ABr

https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Paulo_Nogueira_Neto.JPG?uselang=pt-br

O *boom* da ecologia veio nos anos 1980. No início dessa década, um dos fatos que mobilizou o país foi a destruição do Salto Sete Quedas, localizado no município de Guaíra, no Paraná, divisa do Brasil com o Paraguai, com a inundação necessária para a construção da usina hidrelétrica de Itaipu. Em julho de 1982, cerca de 3.000 pessoas participaram de um *quarup* (ritual indígena) em protesto contra a construção da hidrelétrica. Mas os protestos não resultaram na reversão dos planos e o Salto foi sepultado sob as águas em outubro do mesmo ano, quando as comportas de Itaipu foram fechadas para a formação do lago.

O Brasil adentrava um novo contexto: a abertura política, rumo à redemocratização. O episódio da construção de Itaipu, imposto pelo governo militar, mesmo contra o clamor nacional

pela manutenção das belíssimas cachoeiras de Sete Quedas, revelava a forma como as questões ambientais eram tratadas pelo regime ditatorial, a exemplo do que vimos acima, da implantação da Celulose Borregaard, imposta à população porto-alegrense, que sofreu muito com a poluição provocada pela fábrica. Além disso, os megaprojetos de construção de rodovias, instalação de indústrias e colonização da Amazônia, nos anos 1970, também podem ser analisados nessa perspectiva. Todos foram exemplos do autoritarismo com que eram tratadas as questões ambientais durante a ditadura militar brasileira.

No decorrer da década de 1980, nesse contexto de volta à democracia no país, a temática ambiental conseguiu penetrar nos mais diferentes setores da sociedade. Além do boom de entidades que surgiram na época, o Estado começou a se apropriar do assunto e responder às reivindicações dos ambientalistas. Isso foi fruto da estratégia adotada por parte dos ativistas, especialmente do Sul do país, o lobby junto a políticos, não importando o partido.

Outro grupo, do centro do país, usou uma estratégia diferente, nos anos 1980: a da mobilização e organização popular. Era uma geração mais jovens de ambientalistas, muitos deles ex-exilados políticos, como Fernando Gabeira, Carlos Minc, Liza Vieira e o próprio Alfredo Sirkis, que, na Europa, entraram em contato com a perspectiva da ecologia política e, ao voltar, resolveram criar um Partido Verde no Brasil. O Partido Verde (PV) foi criado em 1986, no Rio de Janeiro, e sua primeira experiência política foi a campanha de Fernando Gabeira para governador do Rio de Janeiro, que logrou obter quase 8% dos votos nas eleições finais.

No final dos anos 1980, precisamente, em 1988, dois eventos promoveram grande repercussão à temática ambiental: a assembleia constituinte e a morte do seringueiro Chico

Mendes. A Constituição Federal, promulgada durante o governo de José Sarney, em 5 de outubro de 1988, trouxe um capítulo sobre meio ambiente (no qual consta o Artigo 225). Além de tratar o tema de forma específica e sistemática, pela primeira vez na história das Constituições brasileiras o assunto foi abordado. Chico Mendes, um seringueiro e líder sindicalista acreano, foi atingido por uma bala no peito em sua própria casa, em Xapuri-AC. Mendes fora o único brasileiro a receber o prêmio Global 500, concedido pelas Nações Unidas a personalidades que se destacaram na defesa do ambiente, em 1987. Ao liderar a resistência à transformação de seringais em fazendas de gado e à expulsão de seringueiros e indígenas dessas áreas, sua luta ganhou um caráter ambientalista. Após seu assassinato, Mendes tornou-se uma espécie de mártir da luta contra a devastação da Amazônia. A repercussão da morte do seringueiro foi tamanha (gerou notícias e editoriais em diversos jornais do mundo, inclusive no The New York Times) que levou o Brasil a sediar a Eco-92, a segunda

grande conferência internacional da ONU sobre meio ambiente, no Rio de Janeiro, em junho de 1992, exatamente 20 anos após Estocolmo.

A Eco-92, também chamada de Rio-92, foi um marco nas discussões sobre o tema no Brasil e no mundo. Segundo Leandro Oliveira (2012), a Conferência do Rio de Janeiro reuniu delegações de 178 países e trouxe para a cidade 114 Chefes de Estado ou de Governo. As discussões se deram em dois ambientes diversos: na Cúpula da Terra, no Rio Centro, as delegações oficiais dos países participantes discutiram as decisões diplomáticas e os acordos internacionais; no Aterro no Aterro do Flamengo aconteceu o Fórum Global, envolvendo as ONGs e movimentos sociais, com a participação de diversos interessados em debater essa temática. (OLIVEIRA, 2012, p. 3). A

Eco-92 converteu-se em locus privilegiado para o estabelecimento de um consenso em torno da ideia de desenvolvimento sustentável. Como um dos principais resultados da conferência, redigiu-se a 'Agenda 21', documento que contém um programa de ação para os países colocarem em prática a fim de alcançar o objetivo do desenvolvimento sustentável. Em junho de 2012, realizou-se nova conferência da ONU no Rio de Janeiro, a 'Rio + 20', no entanto, seus resultados foram avaliados por especialistas como um retrocesso.

Dos anos 1990 até os dias atuais, os movimentos ambientalistas têm atuado em redes como forma de agregar recursos para alcançar maior êxito na pressão pelas causas

ambientais e, assim, ter mais chance de sucesso. Entre outras, podemos citar a *Rede de ONGs da Mata Atlântica*, a *Coalizão Rios Vivos* (ECOVA), o *Grupo de Trabalho Amazônico* (GTA) e a *AS-PTA Assessoria e Serviços a Projetos de Agricultura Alternativa*. Também podemos lembrar da *Rede de Desenvolvimento Humano* (REDEH), *Rede Brasileira de Justiça Ambiental e Articulação no Semiárido Brasileiro* (ASA). Também é importante frisar que o século XXI trouxe uma série de inovações tecnológicas que tornaram possível outra forma de atuação, virtual. Pessoas engajadas passaram a utilizar a internet, por meio de e-mails, sites, blogs e principalmente redes sociais para “[...] conferir maior publicidade e dinamicidade aos desastres e também aos movimentos que atuam precipuamente para a proteção meio ambiente.” (RODEGHERI, OLIVEIRA, 2013, p. 15).

INTERAÇÕES ENTRE OS TRÊS MOVIMENTOS SOCIAIS

Feminismo negro

As mulheres negras participam de lutas de cunho político desde o século XIX. Elas também se engajaram pelo fim da escravidão, apesar das limitações impostas ao sexo feminino, naquela época. Já no período contemporâneo, mulheres negras participaram do seminário que celebrou o Ano Internacional da Mulher em 1975, divulgando um documento que denunciava a herança da escravidão e a imagem da mulher negra como “[...] objeto de produção ou reprodução sexual.” (VIANA, 2010, p. 56). Segundo a historiadora Elisabeth Viana (2010), as mulheres desses movimentos “[...] se assumem como mulheres guerreiras e têm no Brasil um símbolo: Dandara, a companheira de Zumbi dos Palmares.” Essa personagem é considerada importante na memória das lutas da mulher negra.

Entre as associações mais atuantes, na atualidade, podemos citar o Geledés, fundado em 1988, e o Criola, em 1992.

Ecofeminismo

O Ecofeminismo alia as lutas pelos direitos das mulheres e pela proteção à natureza. Uma de suas principais preocupações é a relação entre ciência, mulher e natureza. No Brasil, esses movimentos tiveram maior visibilidade no início dos anos 1990, com a realização da

As discussões do Planeta Fêmea foram publicadas em livro organizado por Rosiska Darcy de Oliveira e Thais Corral (1992)

ECO 92, na cidade do Rio de Janeiro. No Fórum das Organizações Não Governamentais, o movimento de mulheres brasileiras, como *Rede de Defesa da Espécie Humana* (REDEH) e *Rede Mulher de Educação* (RME), participou ativamente por meio do espaço batizado de 'Planeta Fêmea'. A tenda do Planeta Fêmea promoveu o encontro de feministas do mundo inteiro, e a partir de amplas discussões foi elaborada a Agenda 21 das Mulheres.

Afro-ambientalismo

Além do vínculo entre devastação ambiental e escravidão, existem pontos de contato entre as lutas negras e ambientalistas, nas religiões de origem africana, na posse de terras de quilombolas e na vida dos negros nas cidades. No candomblé e na umbanda, os elementos da natureza, como a terra, o mar, os rios, as

montanhas, a chuva, o trovão, as folhas e os frutos são considerados divindades da natureza. Os orixás, cultuados por essas religiões, são seres oriundos das quatro forças da natureza: Terra, Fogo, Água e Ar. São divindades (ori: cabeça e xá: força) intermediárias entre o Deus Supremo (Olorum) e o mundo terrestre, encarregados de administrar a criação; comunicam-se com os homens por meio de rituais complexos. (RODRIGUES, 2011, p. 12). Portanto, essas religiões estão embasadas no respeito à natureza, considerada manifestação de suas divindades.

Outro ponto importante de contato entre os movimentos negros e a agenda ambientalista é a questão das terras remanescentes de quilombolas. A regularização dessas áreas articula diferentes esferas: a problemática étnico-racial, a questão agrária (um problema crônico em nosso país), a saúde e educação da população dessas áreas e a proteção ambiental, pois "[...] não se trata somente de garantir a regularização da posse da terra como também de favorecer a melhoria da qualidade de vida

daquelas populações, dentro da perspectiva do desenvolvimento adequando à preservação dos seus recursos naturais.” (PAIXÃO, 2004, p. 163). No Paraná, existem 36 comunidades reconhecidas como remanescentes de quilombos, entre as 90 mapeadas no estado. (GOMES Jr., SILVA, COSTA, 2008, p. 14).

Sugestão de vídeos

Assista a dois vídeos sobre a comunidade quilombola Paiol de Telha que, após muitos anos de luta, conseguiu a posse de suas terras em 2015 – Em Reserva do Iguaçu-PR. No primeiro, de 1997, é narrado o drama dos quilombolas, expulsos de suas terras desde 1975 e que, naquele momento, moravam em abrigos de lona na beira da estrada

No segundo vídeo, o documentário “Terra”, de 2013, os quilombolas falam que o INCRA os assentou numa área próxima, em 1998, mas eles prosseguiram na luta pela terra ancestral, herdada desde o século XIX por seus antepassados.

Também é importante enfatizar as condições vivenciadas pelas populações negras nas cidades. As diferenças étnicas e sociais geram situações de gritante injustiça ambiental: as deficiências nas áreas de saneamento básico e coleta de lixo são muito maiores nos lares negros, bem como os índices de mortalidade infantil e de crianças com até cinco anos. (PAIXÃO, 2004, p. 166-67).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história dos movimentos sociais no Brasil, como vimos, remonta ao século XX e apresentou momentos de importantes vitórias, assim como outros de recesso e derrotas também. No entanto, no conjunto, suas lutas foram muito importantes para a conquista de direitos para as mulheres, para os negros e para que todos possam usufruir de um ambiente saudável.

Em seus primórdios, os movimentos tinham caráter pouco organizado, lutando por demandas isoladas, muitas vezes. Já nos anos 1970, eles assumem caráter político mais organizado. Em meio a uma ditadura militar repressora, representaram uma voz dissonante, clamando pelo exercício da cidadania. Após a redemocratização, a partir de 1985, assumiram ainda maior importância, como locus de participação social aberto para que a sociedade civil discutisse suas demandas e lutasse por elas.

Nesse sentido, acreditamos que compreender a dinâmica desses movimentos é fundamental para o ensino de história, se quisermos estimular uma consciência crítica e participativa em nossos alunos.



ALONSO, Angela; COSTA, Valeriano; MACIEL, Debora. Identidade e estratégia na formação do movimento ambientalista brasileiro. *Novos estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 79, p. 151-167, nov. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n79/o8.pdf> Acesso em 25/05/2015.

BRASIL. Decreto 21.076. Código Eleitoral. Publicado em 24/02/1932. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=33626>>. Acesso em 10/05/2015.

BRASIL. Lei 10639. Inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Publicada em: 09/01/2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 15/05/2015.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: O longo caminho*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

COSTA, Ana Alice A., SARDENBERG, Cecília Maria B. O feminismo no Brasil: Uma (breve) retrospectiva. In: COSTA, Ana Alice A., SARDENBERG, Cecília Maria B (Orgs). *O feminismo do Brasil: reflexões teóricas e perspectivas*. Salvador: UFBA/ Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008.

CRUZ, Leonardo Borges da. *Anti-racismo em Marília: trajetórias e perspectivas de luta do movimento negro atual*. Dissertação (Mestrado). PPG em Ciências Sociais, Universidade Estadual Paulista, Marília-SP, 2006.

CRUZ, Leonardo Borges da. Movimento Negro em Movimento. *Revista Plurais*, Salvador, v. 1, n. 1, p. 61-75, jan./abr. 2010. Disponível em: <http://www.revistas.uneb.br/index.php/plurais/article/view/4/4> Acesso em 20/05/2015.

DEAN, Warren. *A Ferro e Fogo: A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, UFF, n. 23, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07.pdf> Acesso em 20/05/2015.

DUARTE, Constância. Feminismo e literatura no Brasil. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 151-172, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300010 Acesso em 14/05/2015.

FRANCO, José Luiz de Andrade. *Proteção à natureza e identidade nacional: 1930-1940*. Tese (Doutorado). PPG em História, Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2002.

GOHN, Maria da Glória. Desafios dos movimentos sociais hoje no Brasil. *SER Social*, Brasília, v.15, n. 33, p. 261-384, jul. / dez. 2013. Disponível em: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/eLxHih2XPltoooH4990.pdf> Acesso em: 12/05/2015.



Referências

GOMES, Flavio dos Santos. Negros e política (1888-1937). Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2005.

_____. Palmares: escravidão e liberdade no Atlântico Sul. São Paulo: Contexto, 2014.

GOMES Jr., Jackson; SILVA, Geraldo Luiz da; COSTA, Paulo Afonso Bracarense (Org.). Paraná negro. Fotografia e pesquisa histórica. Grupo de Trabalho Clóvis Moura. Curitiba: UFPR/PROEC, 2008. Disponível em: http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/Parana_negro_atual.pdf Acesso em: 19/05/2015.

GOSS, K. P., PRUDENCIO, K. O conceito de movimentos sociais revisitado. Em Tese, Florianópolis, v. 2, n. 1, jan./jul. 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/13624/12489> Acesso em: 12/05/2015.

GROSSI, Miriam Pillar. A revista Estudos Feministas faz dez anos: uma breve história do feminismo no Brasil. Estudos Feministas, Florianópolis, 12 (N.E.): p. 211-221, set./dez. 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/So104-026X2004000300023/9519> Acesso em 21/05/2015.

GUIMARÃES, Roberto Pereira; FONTOURA, Yuna Souza dos Reis da. Rio +20 ou Rio -20? Crônica de um fracasso anunciado. Ambiente & Sociedade. São Paulo, v. XV, n. 3, p. 19-39, set./dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v15n3/a03v15n3.pdf>

KARAWAJCZYK, Monica. Nísia Floresta e a questão da emancipação feminina pelo viés educacional. MÉTIS: história & cultura, UCS, Caxias do Sul, v. 9, n. 18, p. 113-126, jul./dez. 2010. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/viewFile/993/1055> Acesso em 11/05/2015.

_____. Urnas e saias: uma mistura possível. A participação feminina no pleito eleitoral de 1933, na ótica do jornal Correio do Povo. Topoi, Rio de Janeiro, v. 11, p. 204-211, jul./dez. 2010. Disponível em: http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi21/Topoi21_11Artigo11.pdf Acesso em: 13/05/2015.

MELO, Hildete Pereira de; SCHUMACHER, Schuma. A segunda onda feminista no Brasil. Rio de Janeiro: Mulher 500 anos, Publicações. Disponível em: <http://www.mulher500.org.br/uploads/conteudo/3_A-segunda-onda-feminista-no-Brasil.pdf>. Acesso em 09/05/2015.

MÉNDEZ, Natália Pietra. Com a palavra, o segundo sexo: percursos do pensamento intelectual feminista no Brasil dos anos 1960. Tese (Doutorado). PPG História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS, 2008.

MULLER, Liane. "As contas do meu rosário não são balas de artilharia". In: SILVA, Gilberto Ferreira da; SANTOS, José Antônio; CARNEIRO, Luiz Carlos da Cunha (Org.). RS Negro: cartografias sobre a produção do conhecimento. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico do quilombo na África. Revista USP, São Paulo, v. 28, p. 56-63, dez./fev., 1995-96. Disponível em: <http://www.usp.br/revistausp/28/04-kabe.pdf> Acesso em 21/05/2015.

NABUCO, Joaquim. Obras completas. Biblioteca Brasileira USP. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/02404970#page/4/mode/1up>>. Acesso em 15/05/2015.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. A Conferência do Rio de Janeiro – 1992 (Eco-92): Reflexões sobre a Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável. VI Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade – ANPPAS. Belém-PA, 18 a 21 de setembro de 2012. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro6/anais/ARQUIVOS/GT15-170-31-20120626115525.pdf>. Acesso em: 26/05/2015.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy de; CORRAL, Thais. Planeta Fêmea. Rio de Janeiro: Coalizão de mulheres brasileiras, 1992.

- PÁDUA, José Augusto. Um sopro de destruição: Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- PAIXÃO, Marcelo. O verde e o negro: a justiça ambiental e a questão racial no Brasil. In: ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto (Org.). Justiça ambiental e cidadania. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Ford, 2004.
- PEREIRA, Amauri Mendes. "Toma que o filho é seu": Políticas públicas pragmáticas e outros desafios na institucionalização da luta contra o racismo. Revista da ABPN, Rio de Janeiro, v. 3, nº 7, mar./jun. 2012, p. 213-219. Disponível em: <http://www.abpn.org.br/Revista/index.php/edicoes/article/view/322/218> Acesso em 20/05/2015.
- PEREIRA, Elenita Malta. Rachel Carson, ciência e coragem. Ciência hoje, São Paulo, v. 50, nº 296, set. 2012. Disponível em: <http://cienciahoje.uol.com.br/revista-ch/2012/296/rachel-carson-ciencia-e-coragem>
- _____. Meio Ambiente e Ditadura no Brasil: A luta contra a Celulose Borregaard (1972-75). HIB – Revista de História Ibero-americana, Santiago-Chile, v. 7, nº 2, p. 147-166, 2014. Disponível em: <https://revistahistoria.universia.net/article/viewFile/1027/1122> Acesso em: 27/05/2015.
- PINHO, Silvia Oliveira Campos de. Alberto Torres: uma obra, várias leituras. Dissertação (Mestrado), PPG em História da UFMG, Belo Horizonte, 2007.
- PINTO, Ana Flávia Magalhães. Para não esquecer de lembrar – A imprensa negra do século XIX (1833-1899). Em Tempo de Histórias, Publicação do Programa de Pós-Graduação em História PPG-HIS/UnB, Brasília, n.9, p. 71-89, 2005. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/viewFile/2645/2194> Acesso em 22/05/2015.
- PINTO, Celi. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- PISKY, Jaime. História da cidadania. Resenha do Livro "História da cidadania". Revista Espaço Acadêmico, Ano II, Abril/2003, Disponível em: http://www.espacoacademico.com.br/023/23res_pinsky.htm Acesso em: 10/06/2015.
- RODEGHERI, Letícia Bodanese; OLIVEIRA, Rafael Santos de. A proteção do meio ambiente no século XXI frente aos desafios e oportunidades das novas tecnologias informacionais. Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM, Santa Maria, v. 8, Ed. Especial, p. 14-26, 2013. Disponível em: <http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/revistadireito/article/viewFile/8214/pdf> Acesso em 09/06/2015.
- RODRIGUES, Eleomar dos Santos. Orixás e meio ambiente: a feitura de conflitos no terreno da sociopoética. Dissertação (Mestrado). PPG em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.
- SANTOS, Pedro de Souza. A imprensa negra em São Paulo no início do século XX. Histórica (Revista do Arquivo Público de São Paulo), São Paulo, nº 14, set. 2006. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao14/materia03/texto03.pdf> Acesso em: 12/06/2015.
- SANTOS, Sales Augusto. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. Disponível em: http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_volume2_educacao_anti_racista_caminhos_abertos_pela_lei_federal_10639_2003.pdf Acesso em: 15/06/2015.
- SCAVONE, Lucila. Nosso corpo nos pertence? Discursos feministas do corpo. Revista Gênero, Niterói, v. 10, n. 2, p. 47-62, 1. sem. 2010. Disponível em: <http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/4/1> Acesso em: 20/06/2015.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica, 2ª ed. Florianópolis: UFSC, 1987a.

_____. Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Brasiliense, 1987b.

_____. Redes de movimentos sociais. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

SILVA, Zélia Lopes da. As percepções das elites brasileiras dos anos de 1930 sobre a natureza: das projeções simbólicas às normas para o seu uso. In: ARRUDA, Gilmar (Org.). Natureza, fronteiras e territórios: imagens e narrativas. Londrina: Eduel, 2005.

VIANA, Elisabeth. Lélia Gonzalez e outras mulheres: pensamento feminista negro, antirracismo e antissexismo. Revista da ABPN, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 52-63, mar./jun. 2010. Disponível em: <http://www.abpn.org.br/Revista/index.php/edicoes/article/view/24/14> Acesso em: 20/05/2015.

Links para blogs e websites

AGENDA 21. Ecolnews. Disponível em: <http://www.ecolnews.com.br/agenda21/> Acesso em: 03/07/2015.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DAS MULHERES. Regimento Interno. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/assuntos/conselho/regimento-atualizado-do-cndm.pdf> Acesso em: 03/07/2015.

FIUZA, Bruno. Zumbi, um herói cercado de mistério. História Viva. São Paulo, Edição 73, Novembro/2009. Disponível em: http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/zumbi_um_herói_cercado_de_misterio_4.html Acesso em: 10/07/2015.

FGV/CPDOC. Abdias do Nascimento. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/abdias_do_nascimento Acesso em: 09/07/2015.

IHU Unisinos. “Após atos, governo não tem interlocutores”. Entrevista com Maria da Glória Gohn. Publicado em 15/07/2013. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/521933-apos-atos-governo-nao-tem-interlocutores> Acesso em: 08/07/2015.

IHU UNISINOS. Descrita como heroína, Dandara, mulher de Zumbi, tem biografia cercada de incertezas. Publicado em 19/11/2014. Disponível em:

<<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/537524-descrita-como-heroina-dandara-mulher-de-zumbi-tem-biografia-cercada-de-incertezas>>. Acesso em 11/05/2015.

LEE-MEDDI, Jeocaz. As sufragistas: A mulher e o direito ao voto. Publicado em 25/02/2010. Blog Virtuália – O manifesto digital. Disponível em: <http://virtualiaomaniesto.blogspot.com.br/2010/02/as-sufragistas-mulher-e-o-direito-ao.html> Acesso em: 08/07/2015.

MUSEU VIRTUAL BERTHA LUTZ. Disponível em: <http://lhs.unb.br/bertha/?tag=feminismo>

ONU. Declaração da Conferência de Estocolmo sobre o Meio Ambiente humano. Disponível em: https://www.scribd.com/fullscreen/6305358?access_key=key-mp8k7oq8evcz1gpag57 Acesso em: 09/06/2015.

SCLIAR, Moacyr. O nascimento de um cidadão. ABCD Maior. Publicado em 29/07/2011. Disponível em: <http://www.abcdmaior.com.br/blog.php?p=2243&> Acesso em: 01/07/2015.

Imagens

BARENHO, Cíntia. Marcha das Vadias em Brasília. 2011. Disponível em:

<http://www.everystockphoto.com/photo.php?imageld=13364251> Acesso em: 11/07/2015.

<http://www.everystockphoto.com/photo.php?imageld=13364288> Acesso em: 11/07/2015.

<http://www.everystockphoto.com/photo.php?imageld=13364301> Acesso em: 11/07/2015.

BERNARDELLI, Rodolfo. André Pinto Rebouças. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Rodolfo_Bernardelli_-_Andr%C3%A9_Pinto_Rebou%C3%A7as.png?uselang=pt-br Acesso em: 11/07/2015.

HENSCHTEL, Alberto. Retrato de José do Patrocínio. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Alberto_Henschel_-_Retrato_de_José_do_Patrocínio.jpg?uselang=pt-br Acesso em: 10/07/2015.

PARREIRAS, Antonio. Quadro Zumbi. 1927. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Ant%C3%B4nio_Parreiras_-_Zumbi.jpg?uselang=pt-br Acesso em: 10/07/2015.

IMAGEM. Alberto Torres. 1900. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Alberto_torres.jpg?uselang=pt-br Acesso em: 10/07/2015.

IMAGEM. Angela Davis. 1972. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Angela_Davis_Moscow_1972_cropped_2.jpg?uselang=pt-br Acesso em: 10/07/2015.

IMAGEM. Joaquim Nabuco. 1902. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Joaquim_Nabuco_1902.jpg?uselang=pt-br Acesso em: 10/07/2015.

IMAGEM. José Lutzenberger. 1988. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Lutzenberger_na_entrega_do_Pr%C3%AAmio_Nobel_Alternativo.jpg?uselang=pt-br Acesso em: 10/07/2015.

IMAGEM. Lei Áurea. 1888. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Lei_%C3%81urea.jpg?uselang=pt-br Acesso em: 10/07/2015.

IMAGEM. Luis Gama. 1880. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Luz_Gama_c_1880.png?uselang=pt-br Acesso em: 10/07/2015.

IMAGEM. Malcom X. 1964. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Malcolm_X_NYWTS_2a.jpg?uselang=pt-br Acesso em: 10/07/2015.

IMAGEM. Martin Luther King. 1963. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Martin_Luther_King,_Jr._speaking_at_the_Civil_Rights_Marc.jpg?uselang=pt-br Acesso em: 10/07/2015.

IMAGEM. Martin Luther King e Malcom X. 1964. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:MLK_and_Malcolm_X_USNWR_cropped.jpg?uselang=pt-br Acesso em: 10/07/2015.

IMAGEM. Nelson Mandela. 2008. Disponível em: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Nelson_Mandela-2008_\(edit\).jpg?uselang=pt-br](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Nelson_Mandela-2008_(edit).jpg?uselang=pt-br) Acesso em: 10/07/2015.

IMAGEM. Paulo Nogueira Neto. 2008. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Paulo_Nogueira_Neto.JPG?uselang=pt-br Acesso em: 10/07/2015.

Vídeos

BRITO, Marlene. Vídeo "Lei 10.639/03: Contando outras histórias do negro na escola", que apresenta o projeto escolar "O corpo todo conta um conto". Publicado em 02/03/2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Pj3v1koUe7M> Acesso em 06/07/2015.

COWELL, Adrian. Documentário "Chico Mendes – eu quero viver". Publicado em 12/05/2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=63fSmrKkDiU&list=PLb3M9kT873eRsvZdkSSbmMYs7MnsIT5bJ&index=2> Acesso em 03/07/2015.

GLOBO NEWS. Programa "Arquivo N – Simone de Beauvoir". Publicado em 06/12/2009. Disponível em:

Parte 1: <https://www.youtube.com/watch?v=4M4QQMRiool> Acesso em 02/07/2015.

Parte 2: <https://www.youtube.com/watch?v=oX28Yp-KNoQ> Acesso em 02/07/2015.

Parte 3: <https://www.youtube.com/watch?v=RqVkwowTE3E> Acesso em 02/07/2015.

GLOCK, Clarinha. Documentário "Augusto Carneiro". Publicado em 24/02/2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oKUFuAJaGMk> Acesso em 01/07/2015.

QUEIROZ, Ivo Pereira de. Vídeo "Comunidade Paiol de Telha". Publicado em 16/08/2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=b5tPqNIFJJE> Acesso em 05/07/2015.

MAZEPA, Carlos; RUDIERO, Lucas. Documentário "Terra". Publicado em 01/11/2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7EyOWoiCIFI> Acesso em 07/07/2015.

PACHECO, Ana Júlia. Vídeo "Movimento negro na primeira república: imprensa negra e FNB". Publicado em 12/05/2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oNDBN4S1skY> Acesso em 02/07/2015.

PACS FILMES. Documentário "Mulheres e o mundo do trabalho. Publicado em: 23/01/2013. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=5kNmdljGs_c Acesso em 02/07/2015.

PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE CONSELHEIROS NACIONAIS – 2ª Edição. Vídeo "O que são movimentos sociais - Ilse". Publicado em 14/11/2011. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=g_j2r3fhPRI Acesso em 03/07/2015.

REDE TVT. Vídeo "MNU: 35 anos de luta contra o preconceito racial". Publicado em 10/07/2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=erl3uiTqWcM> Acesso em 02/07/2015.

RPC. Programa Meu Paraná - "Fim das Sete Quedas". Publicado em 26/11/2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1AOTm4qlzfg> Acesso em 06/07/2015.

RTPZ. Vídeo "O tempo e o modo – depoimento de Vandana Shiva". Publicado em 28/04/2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7G6c2QYf8e8> Acesso em 10/07/2015.

SIRKIS, Alfredo. Vídeo "História do PV (Partido verde)". Publicado em 09/09/2008. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AYjk8efVxrQ> Acesso em 06/07/2015.